

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA DE FACHADA, GUARDA -CORPO PANORÂMICO, JANELAS E DO MURO DE VIDRO NA UNIDADE DO SENAC CORA CORALINA

DADOS DO SOLICITANTE:

Nome: Karina Fagundes Barbara

Lotado: Gerência da Unidade Senac Cora Coralina

Departamento: Diretoria de Educação, Inovação e Tecnologia

DADOS DA ENTIDADE COMPRADORA:

Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac

Unidade: SENAC CORA CORALINA

Critério de julgamento: Menor Valor Global

Formato: Pregão Eletrônico.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para **LIMPEZA DE FACHADA, GUARDA -CORPO PANORÂMICO, JANELAS E DO MURO DE VIDRO NA UNIDADE DO SENAC CORA CORALINA.**

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. QUADRO DESCRITIVO

ITEM	UNIDADE ORGANIZACIONAL	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	Senac CORA CORALINA	LIMPEZA DE FACHADA, GUARDA -CORPO PANORÂMICO, JANELAS E DO MURO DE VIDRO NA UNIDADE DO SENAC CORA CORALINA.	4	SV

2.2. ESCOPO DO OBJETO

2.2.1. Serão realizados 04 ciclos de serviços de limpeza dos elementos de fachada e esquadrias da unidade, sendo realizada um ciclo limpeza a cada 03 meses e/ou conforme solicitação da Contratante.

2.2.2. Na execução dos serviços, deverão ser utilizados limpa vidros, detergente alcalino, bomba desmineralizadora na parte externa (tecnologia de osmose reversa), fibra de limpeza, filtros e panos novos, andaimes, escadas e prolongadores.

2.2.3. As metragens informadas correspondem a área de superfície do elemento de fachada e/ou esquadria, revestimento em ACM e/ou esquadrias de vidro, representando o total de 2.015,37 m² (dois mil e quinze virgula trinta e sete metros quadrados), devendo o serviço ser realizado tanto na face interna quanto na externa das superfícies, considerando:

2.2.3.1. Limpeza do Muro de vidro temperado com espessura de 10 mm - Área total: 217,28 m²;

2.2.3.2. Limpeza da Fachada em ACM Perfurado na cor Branca - Espessura: 3 mm - Área Total: 1.056,00 m²;

2.2.3.3. Limpeza da Fachada em ACM Perfurado na cor Laranja - Espessura: 3 mm - Área Total: 91,87 m²;

2.2.3.4. Limpeza do Guarda-Corpo Panorâmico - Tipo de Vidro: Vidro Temperado/Laminado - Espessura: 10 mm - Área Total: 54,32 m²;

2.2.3.5. Limpeza das Esquadrias (Janelas) com Elemento de Fachada em ACM: 317,83 m²;

2.2.3.6. Limpeza das Esquadrias (Janelas) sem Elemento de Fachada em ACM: 139,73 m²;

2.2.3.7. Limpeza das Esquadrias (Janelas) internas = 138,34 m².

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A contratação de empresa especializada em limpeza da fachada, guarda-corpo panorâmico, janelas e do muro de vidro da instituição é necessária para garantir a conservação, a segurança e a valorização da imagem institucional do Senac Goiás. Esses elementos arquitetônicos representam a primeira impressão para colaboradores, alunos, visitantes e comunidade, de modo que sua manutenção em boas condições transmite profissionalismo, organização e cuidado com o patrimônio.

3.2. A limpeza adequada dos vidros também assegura a transparência e a entrada de luz natural nos ambientes internos. O acúmulo de sujeira compromete a visibilidade e prejudica o aproveitamento da iluminação, afetando o conforto e o bem-estar de todos que frequentam a instituição. Nesse sentido, a manutenção periódica contribui para a criação de um espaço mais agradável e acolhedor.

3.3. Outro ponto relevante é a prevenção de danos ao patrimônio. A ação de poluição, poeira e demais agentes externos pode gerar manchas permanentes, corrosão e desgaste precoce das superfícies envidraçadas. O serviço especializado de limpeza atua como medida preventiva, prolongando a vida útil das estruturas e reduzindo custos futuros com reparos e substituições.

3.4. Além disso, a execução profissional da limpeza permite a inspeção frequente das condições estruturais dos vidros, possibilitando a identificação antecipada de fissuras, trincas ou outros problemas que possam comprometer a segurança. Essa prática evita riscos de acidentes e assegura maior proteção às pessoas que circulam pelo ambiente.

3.5. Portanto, a contratação do serviço é medida imprescindível para preservar a estética, garantir a segurança e assegurar a durabilidade da fachada, guarda-corpo panorâmico, janelas e do muro de vidro, fortalecendo a imagem de excelência da instituição e promovendo um ambiente mais seguro, agradável e funcional.

3.6. A presente solicitação será tratada pelo critério de menor valor global, pois a natureza do objeto não permite o parcelamento, em virtude de possível desvantagem a instituição no momento da fiscalização do contrato e/ou documento administrativo equivalente, por se tratar de serviço.

4. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

4.1. O processo de seleção será realizado em lote único, conforme tabela constante na cláusula 2.1 deste Termo de Referência, devendo o interessado oferecer proposta para todos os itens que o compõem;

4.2. O critério de julgamento adotado será o de menor valor global, observadas as exigências contidas neste Instrumento quanto às especificações do objeto.

4.3. Cada serviço do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global.

4.4. A proposta comercial deve especificar o objeto com as características, quantidades, valores e deverá ser redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, observados os prazos, condições e especificações estabelecidas de Referência.

4.5. No(s) preço(s) cotado(s) pelo interessado considerar-se-ão incluídos todos os custos diretos e indiretos, necessários à completa e perfeita realização do objeto, tais como: despesas com mão de obra, administração, leis sociais, encargos de natureza trabalhista, previdenciário, alimentação, hospedagem, transporte de material e de pessoal, equipamentos e materiais, instalação, frete, seguros, embalagens, treinamentos, manuais, garantias (quando aplicável), qualquer despesa acessória e/ou necessária não especificada neste Instrumento, os tributos (impostos, taxas, emolumentos), inclusive o diferencial do ICMS de origem, nos casos de fornecimento de materiais oriundos de outro Estado que não de Goiás, contribuições fiscais e parafiscais, assim como o lucro, razão pela qual não serão considerados pleitos de acréscimos após a abertura da proposta.

4.6. As propostas comerciais deverão especificar claramente o prazo de sua validade, não podendo ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data de apresentação, sendo considerado este prazo na falta de especificação de outro na proposta.

5. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

5.1. Documentos relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.1.1. Apresentar para fins de qualificação técnica no mínimo 01 (um) Atestado Técnico e/ou Declaração e/ou Contrato com terceiro, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante já executou ou esteja executando serviços de natureza compatível e/ou semelhante com o objeto deste Termo de Referência, comprovando neste o quantitativo mínimo de serviço expressado no quadro abaixo:

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE
01	Serviço de Limpeza de Fachada em Geral (Revestimento) e/ou Limpeza de Esquadrias Externas em Vidro (Janelas/Portas/Muros) e/ou Serviços de Limpeza de Fachada que guarde semelhança ao objeto deste T.R.	250 m²

5.1.1.1. Será permitido o somatório de atestados para efeito da comprovação da capacidade técnica do quantitativo mínimo exigido.

5.1.1.2. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa licitante;

5.1.1.3. Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, atestados de capacidade técnica ou declarações emitidas pela própria licitante;

5.1.1.4. Os atestados deverão referir-se a objetos prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

5.1.2. Apresentar Declaração de Visita (vistoria técnica) fornecida pelo Gerente ou responsável ou a Declaração emitida pela empresa licitante, de conhecimento para todos os fins de direito, todas as condições, facilidades e/ou dificuldades e recursos existentes para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

6. VISITA TÉCNICA

6.1. Considerando a importância do conhecimento do local e das condições de instalação da CONTRATADA, é recomendável a realização de visita técnica, sendo facultativa aos fornecedores interessados, o que não inviabiliza a apresentação de declaração pelas empresas de conhecimento para todos os fins de direito, todas as condições, facilidades e/ou dificuldades e recursos existentes para o cumprimento das obrigações objeto deste Termo de Referência, arcando com eventuais prejuízos que venha a sofrer em decorrência da execução dos serviços.

6.2. Aos fornecedores interessados na realização de visita técnica ao local de execução dos serviços do objeto nas dependências da Unidade CEP Cora Coralina, a ser procedida até 2 (dois) dias úteis imediatamente anterior à data da sessão de abertura do certame, por intermédio de seu representante/responsável, a fim de verificarem as condições para a realização do serviço/fornecimento. As visitas técnicas deverão ser precedidas de agendamento junto ao contato discriminado, de segunda-feira a sexta-feira, entre 8h-12h e 14h-17h.

6.2.1. Contato: Karina Fagundes, pelo telefone (62) 98211-9617, entre 08h-12h e 14h-17h.

7. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7.1. O contrato e/ou documento administrativo equivalente terá vigência de 15 (quinze) meses a partir da última assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite previsto no artigo 33 da Resolução n.º 1.270/2024 SENAC, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

7.1.1. O objeto tenha sido prestado regularmente;

7.1.2. A CONTRATANTE mantenha interesse na execução do objeto;

7.1.3. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação;

7.1.4. Os preços contratados permaneçam compatíveis com a prática de mercado;

- 7.1.5. A CONTRATADA mantenha as condições de qualificação e não esteja cumprindo penalidade que o impeça de formalizar e prorrogar contratos com o SESC e SENAC Goiás;
- 7.1.6. Exista dotação orçamentária;
- 7.1.7. Exista previsão no contrato acerca da prorrogação.
- 7.2. O prazo para execução do serviço será de 12 (doze) meses a partir da data da última assinatura do contrato, atendendo ao ciclo de 4 (quatro) serviços de limpeza dos elementos de fachada e esquadrias da unidade neste período.
- 7.3. A CONTRATADA deverá observar o prazo de execução:
- 7.3.1. Considerando cada ciclo de serviço de forma unitária, o início da execução deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da convocação para prestação do serviço, a qual será realizada por e-mail institucional ou outro meio legalmente reconhecido. Após o início, o serviço deverá ser concluído no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, devendo sua execução ocorrer de forma integral dentro desse período.
- 7.3.2. Neste prazo, entre a assinatura do contrato e/ou documento administrativo equivalente e o início da execução do serviço, serão tratados os assuntos pertinentes ao cronograma de serviços, mobilização operacional e tratativas administrativas com a unidade.
- 7.3.3. Os serviços deverão ser realizados em horários previamente definidos com a gerência do CEP Cora Coralina, de forma a não interferir nas atividades da instituição e garantindo segurança para alunos, colaboradores e visitantes.
- 7.4. Na hipótese de fato superveniente que justifique eventual prorrogação do prazo de execução, a solicitação de prorrogação deve ocorrer durante o transcurso do prazo e termo aditivo deve ser formalizado, a fim de garantir a conclusão do objeto, seu recebimento e respectivo pagamento dentro da vigência contratual.
- 7.5. O termo de aceite do serviço relativo a parcela executada em cada etapa do objeto, será realizado pelo fiscal do contrato e/ou documento administrativo equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a conclusão do serviço, respeitando-se as seguintes regras:
- 7.5.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa do serviço, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela execução, com a finalidade de verificar a adequação das especificações dos serviços e constatar e relacionar as revisões finais que se fizerem necessários.
- 7.5.2. Para efeito de termo de aceite do serviço relativo a parcela executada em cada etapa do objeto, o fiscal deverá aferir a conclusão do serviço.
- 7.5.3. Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data da notificação.
- 7.6. Após a inspeção técnica, verificando-se que o objeto está em consonância com as especificações exigidas, o serviço será recebido obedecendo as seguintes diretrizes:
- 7.6.1. Após a inspeção e aprovação da fiscalização, será emitido termo de aceite do serviço, formalizando o recebimento e garantindo que as condições contratuais foram cumpridas. Caso sejam identificadas irregularidades ou falhas, a empresa contratada deverá realizar os ajustes necessários sem custos adicionais, dentro do prazo estabelecido pelo fiscal.
- 7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.6.3. Emitir relatório fotográfico da execução do serviço, demonstrando neste imagens de antes e após a realização do serviço, para efeito de comprovação de execução e atesto do fiscal do contrato e/ou documento administrativo equivalente;
- 7.6.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito do termo de aceite do serviço relativo a parcela executada em cada etapa do objeto, com base nos relatórios e documentações apresentadas.
- 7.6.5. O fiscal do contrato e/ou documento administrativo equivalente comunicará a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.7. O termo de aceite do serviço relativo a parcela executada em cada etapa do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada por eventuais vícios ocultos, pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato e/ou documento administrativo equivalente, ou das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e/ou documento administrativo equivalente e por força das disposições legais em vigor.
- 7.8. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO E FATURAMENTO

- 8.1. A prestação de serviços e faturamento deverá ocorrer:
 CEP CORA CORALINA
 Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC
 CNPJ: 03.608.475/0002-34
 Inscrição Estadual: Imune
 Endereço: Av. Independência, nº 1002, Quadra 942, Lote 26/32, Setor Leste Vila Nova, Goiânia, Goiás.
 CEP: 74.645-010.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. Os pagamentos estarão condicionados aos resultados apresentados pela CONTRATADA à perfeita execução do objeto, que deverão estar em conformidades com as condições, prazos e especificações constantes deste Termo de Referência, apurados e atestados pelo fiscal formalmente designado.

Descrição	Periodicidade	Condições de Pagamento
LIMPEZA DE FACHADA, GUARDA -CORPO PANORÂMICO, JANELAS E DO MURO DE VIDRO NA UNIDADE DO SENAC CORA CORALINA.	Conforme solicitação do Senac/GO, até 04 (quatro) execuções ao longo de 12 (doze) meses. O pagamento ocorrerá após cada execução devidamente atestada.	Mediante apresentação de NF referente ao contrato e/ou documento administrativo equivalente e execução do serviço devidamente atestada pelo Senac/GO

- 9.1.1. Serão realizadas 04 (quatro) ciclos de serviços, repetindo todo o escopo relacionado no item 2.2 deste Termo de Referência, no

prazo de 12 (doze) meses, sendo que o valor de cada ciclo será o resultado contabilizado do valor global do contrato e/ou documento administrativo equivalente, fracionado por 04 (quatro) partes, ou seja, sendo realizado 04 (quatro) ciclos de serviço e consequentemente 04 (quatro) pagamentos, após a execução e atesto pela fiscalização de cada ciclo de serviço, conforme regularidade de sua execução.

9.1.2. Os pagamentos estarão condicionados à perfeita execução do objeto, que deverão estar em conformidades com as condições, prazos e especificações constantes deste Termo de Referência, apurados e atestados pelo fiscal formalmente designado.

9.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Senac/GO e conforme demais condições apresentadas neste instrumento.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da documentação que consta no edital, nada obstante que a própria entidade constata a regularidade da Contratada por intermédio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais pertinentes.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.5.1. não entregou o serviço contratado no todo ou em partes de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência;

9.5.2. não produziu os resultados acordados;

9.5.3. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

9.5.4. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.6. Constatando-se a situação de irregularidade na documentação fiscal da contratada será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

9.7. A não regularização das condições de qualificação no prazo estipulado ensejará a aplicação de penalidades e, conforme o caso, a rescisão contratual, após regular processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, cabendo ao Contratante o pagamento pelo objeto regularmente executado.

9.8. O pagamento será efetuado através de Crédito em Conta ou Boleto Bancário, observando os prazos e condições estipulados neste Termo de Referência;

9.8.1. No caso de pagamento através de crédito em conta, a conta indicada deve ser de titularidade da CONTRATADA e será incluída no cadastro de fornecedores, não sendo efetuado o pagamento através de crédito em conta de terceiros;

9.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX (percentual de Taxa Anual) = 6%

9.10. Inadimplência da CONTRATADA quanto aos recolhimentos dos respectivos encargos, quando cabíveis, autorizará ao Senac Goiás, na ocasião do pagamento, a retenção das importâncias devidas, como garantia, até a comprovação, perante a fiscalização, da quitação da dívida.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Fornecer toda a energia elétrica e água necessárias ao desenvolvimento do serviço na unidade, integrantes do objeto contrato e/ou documento administrativo equivalente.

10.2. Comunicar à contratada toda e qualquer orientação acerca dos serviços;

10.3. Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

10.4. Acompanhar, fiscalizar e auditar a execução dos serviços, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, através de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim;

10.5. Avaliar a qualidade dos serviços, podendo rejeitá-los em sua totalidade, caso estejam em desacordo com o previsto no instrumento contratual, reservando-se ao direito de suspender o pagamento à contratada até que os serviços sejam executados em conformidade com o contratado;

10.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto por colaborador especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.8. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.9. Pagar à CONTRATADA o valor resultante do fornecimento e prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada.

10.11. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.11.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.11.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

- 10.11.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato e/ou documento administrativo equivalente.
- 10.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade do fornecimento/serviços, após seu recebimento.
- 10.14. Cientificar o órgão competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 10.15. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 10.16. A autoridade competente designará representantes para as funções de gestor e fiscal de contrato e/ou documento administrativo equivalente.
- 10.17. Receber o objeto da contratação, atestando sua conformidade com a proposta aceita e condições descritas neste Termo de Referência;
- 10.18. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 10.19. Proporcionar as facilidades que considerar indispensáveis a boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso, se necessário, de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA nas suas dependências;
- 10.20. Suspender a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;
- 10.21. Cumprir as orientações técnicas expedidas pela CONTRATADA eximindo-a de responsabilidades no caso de não autorizar a realização de quaisquer serviços por ela recomendadas.
- 10.22. Manter no local da prestação de serviços, profissional legalmente habilitado, devidamente credenciado junto ao contratado, e designado por fiscalização com autoridade para exercer, em nome do contratante, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços;
- 10.23. Rejeitar os serviços em que as características dos mesmos não satisfaçam às exigências contratadas ou que sejam diferentes daquelas exigidas no Termo de Referência e seus anexos, obrigando a CONTRATADA a se adequar, sem ônus para o CONTRATANTE e sem alterações dos prazos acordados

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Realizar o serviço na unidade Senac Cora Coralina, conforme as especificações contidas neste Termo de Referência;
- 11.2. Realizar o serviço em conformidade aos horários previamente definidos com a gerência do CEP Cora Coralina, de forma a não interferir nas atividades da instituição e garantindo segurança para alunos, colaboradores e visitantes.
- 11.3. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes ou incidentes que venham a ocorrer durante a execução do objeto deste Termo de Referência, assim como por danos causados por pessoal sob responsabilidade, ao patrimônio do contratante ou de terceiros, isentando o contratante de quaisquer reclamações ou indenizações que possam surgir em consequência destes;
- 11.4. Empregar na execução do objeto deste Termo de Referência mão de obra qualificada, substituindo prontamente qualquer profissional cuja permanência na execução do serviço seja considerada, pela fiscalização, incompatível com o bom andamento da prestação de serviços, sem quaisquer ônus trabalhistas para o contratante;
- 11.5. A prestação dos serviços contratados deverá observar rigorosamente a legislação vigente relacionada à segurança, saúde ocupacional, normas técnicas e operacionais. A empresa contratada deverá cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, além de atender à legislação trabalhista, previdenciária e ambiental aplicável. Também deverá observar as normas técnicas da ABNT pertinentes à execução e manutenção de fachada, guarda-corpo panorâmico, janelas e muro de vidro, bem como as determinações do Código de Posturas do Município de Goiânia quanto à utilização do espaço público durante a execução dos serviços.
- 11.6. Utilizar equipamentos adequados e seguros para a limpeza da fachada, guarda-corpo panorâmico, janelas e muro de vidro, contemplando, conforme a necessidade e condições do local, os seguintes recursos: plataformas elevatórias (tesoura, articulada ou telescópica), andaime tipo torre, andaime fachadeiro, escadas, cabos de ancoragem, cadeirinhas suspensas, cordas e sistemas de acesso por rapel, além de equipamentos de apoio como extensores, rodos, lavadoras de alta pressão, aspiradores de pó e água, baldes, panos de microfibra e demais utensílios específicos para higienização de vidros e superfícies;
- 11.6.1. Relativo à utilização de lavadoras de alta pressão, junto à fachada da edificação, deverá ser considerado pela contratada a configuração quanto à pressão máxima do equipamento, distância mínima de operação, tipo de bico, fluxo e ângulo, para não danificar a superfície com revestimento em ACM, salvo procedimento testado e aprovado, quanto a metodologia de operação, a ser apresentado pela contratada.
- 11.6.2. Relativo à limpeza dos elementos em vidro, fica expressamente proibido a utilização de abrasivos/solventes agressivos, que podem afetar selantes e interlayers, para não danificar a superfície em vidro. Neste elemento, com superfícies envidraçadas externas, será necessário o procedimento de enxágue com água desmineralizada.
- 11.6.3. É sugerido a realização de teste piloto em área discreta antes da primeira execução do serviço proposto, a ser aprovada pela fiscalização do contrato e/ou documento administrativo equivalente, com registro fotográfico pré/pós a se composto no 1º relatório de execução, comprovando a eficiência da metodologia operacional do serviço.
- 11.7. Empregar produtos de limpeza compatíveis com ACM e vidros temperados/laminados, evitando danos às superfícies;
- 11.8. Destinar corretamente os resíduos gerados durante a limpeza, conforme legislação ambiental vigente;
- 11.9. Utilizar produtos e procedimentos que minimizem impactos ambientais e preservem a integridade das superfícies;
- 11.10. Garantir a execução adequada dos serviços, com possibilidade de correção de eventuais falhas detectadas;
- 11.11. Fornecer uniformes, EPIs, calçados e crachás de identificação para sua equipe, compatíveis com o ambiente onde serão executados os serviços objeto dessa contratação;
- 11.12. A contratada manterá à frente dos serviços um profissional qualificado, com autoridade para atuar em seu nome, representá-lo junto ao contratante e resolver qualquer problema nos serviços executados;
- 11.13. Realizar, ao término de todos os serviços, limpeza total e minuciosa dos locais em que foram realizadas as intervenções, de forma a restabelecer as suas condições estéticas e de uso.
- 11.14. Responsabilizar-se pelo fornecimento, supervisão e administração da mão de obra necessária à execução de todas as etapas do objeto integrante deste Termo de Referência.
- 11.15. A eventual substituição do responsável deverá ser comunicada com devida antecedência ao Contratante, o que dependerá da concordância desta.
- 11.16. Dar sempre como conferidos e perfeitos os serviços prestados, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pelo Contratante e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar ao Contratante ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a Contratante e sem prejuízo das multas contratuais previstas.

- 11.17. Executar, perfeita e integralmente, os serviços contratados, nos horários estabelecidos pelo Contratante e nos prazos ajustados, por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar a Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços;
- 11.18. Efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer profissional, quando se verificar o seguinte:
- atuação ou comportamento julgado inconvenientes ou prejudicial ao bom andamento dos serviços;
 - ocorrência sistemática de erros ou falhas na execução dos trabalhos;
 - atos que comprometam a própria segurança ou a de terceiros;
 - não atendimento às determinações do preposto.
- 11.19. Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade os funcionários da Contratante, bem como ao jurisdicionado, visitantes e demais contratados;
- 11.20. Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade os funcionários do Senac, bem como os alunos do SENAC, visitantes e demais contratados;
- 11.21. Diligenciar para que seus empregados não prestem serviços que não os previstos no objeto deste Termo de Referência;
- 11.22. Dar ciência ao Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços;
- 11.23. Pagar com pontualidade aos seus empregados o salário e benefícios indicados na sua proposta;
- 11.24. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com este instrumento, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a CONTRATANTE;
- 11.25. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, inclusive quanto à necessidade de constituição de CIPA, se for o caso, nos termos da “Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego”;
- 11.26. Executar, para fins de atendimento aos prazos estipulados, os serviços objeto desta Termo de Referência poderão ocorrer inclusive aos sábados, domingos e feriados e/ou em horário noturno, sem onerar os valores de remuneração previstos neste Termo de Referência, sendo que os custos decorrentes devam estar contemplados na proposta da preponente, cabendo à CONTRATADA a adoção das providências pertinentes junto à Delegacia Regional do Trabalho competente, não aceitando nestes casos razão e/ou motivos para solicitação de aditivo(s) ao contrato e/ou documento administrativo equivalente.
- 11.27. Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da Contratante de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste Termo de Referência;
- 11.28. Obedecer às normas e rotinas da Contratante, bem como a legislação aplicável, em especial, as que disserem respeito à segurança e saúde no trabalho, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da Contratante;
- 11.29. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência;
- 11.30. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;
- 11.31. Disponibilizar supervisão técnica durante a realização dos serviços para assegurar cumprimento de todas as especificações contratuais;
- 11.32. Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste Termo de Referência, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;
- 11.33. Arcar com todos os gastos referentes à realização das atividades previstas neste instrumento, tais como deslocamentos, cópias de documentos, custos administrativos e etc.;
- 11.34. Seguir as diretrizes técnicas da Contratante, através da Fiscalização Técnica, às quais se reportará, bem como as disposições legais, regulamentares e éticas, adotando nas questões controvertidas a solução técnica que lhe for recomendada, sem que isso se constitua em restrição à independência de seus profissionais;
- 11.35. Comunicar por escrito a Contratante a existência de impedimento de ordem técnica, econômica, ética ou legal em serviço que lhe tenha sido encaminhado, devolvendo-o imediatamente e fundamentando a inviabilidade;
- 11.36. Atender as normas de medicina e segurança do trabalho, em especial no que tange à utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC).
- 11.37. Dar imediato conhecimento a Contratante de autuações ou notificações porventura lavradas pela fiscalização em geral, bem como erros e omissões, relativas aos serviços sob sua responsabilidade técnica ou fiscalização;
- 11.38. Não utilizar, nem divulgar ou reproduzir, fora dos serviços contratados, os normativos, documentos e material encaminhados pela Contratante;
- 11.39. Solicitar à Fiscalização do contrato e/ou documento administrativo equivalente, esclarecimentos de dúvidas, detalhes, nomenclaturas ou definições porventura não explicitadas neste Termo de Referência e seus anexos;
- 11.40. A ausência ou omissão da fiscalização da Contratante não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste Termo de Referência.
- 11.41. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não sendo essa responsabilidade excluída ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento realizado pela CONTRATANTE.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. A contratada não poderá transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

13. DO REAJUSTE E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo 12 (doze) meses, sendo que dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço ou Contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta, mediante a aplicação do índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 13.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.6. Conforme previsto no art. 43, do Regulamento, o reajuste previsto em contrato poderá ser formalizado por apostilamento ou aditivo, sendo possível a negociação entre as partes quanto ao percentual a ser aplicado, mediante expressa concordância da contratada com a respectiva carta de anuência.

14. DAS PENALIDADES

- 14.1. Em caso de inadimplemento total, parcial, sem motivo de força maior, a licitante estará sujeita, no que couber, e garantida a ampla defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:
- 14.1.1. Por atraso injustificado:
- 14.1.1.1. Advertência;
- 14.1.1.2. Multa; e
- 14.1.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SENAC e SESC Goiás, por um prazo de até 3 (três) anos.
- 14.1.2. Por inexecução total ou parcial do objeto:
- 14.1.2.1. Advertência;
- 14.1.2.2. Multa; e
- 14.1.2.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SENAC e SESC Goiás, por um prazo de até 3 (três) anos.
- 14.2. Para fins de dosimetria da penalidade, serão aplicados os seguintes parâmetros:
- 14.2.1. **FALTAS LEVES:** na hipótese de inadimplemento parcial de obrigações de pequena monta, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da contratante e a despeito das quais a regular prestação dos serviços não reste inviabilizada.
- 14.2.2. **FALTAS MÉDIAS:** caracterizadas pela inexecução parcial do contrato e/ou documento administrativo equivalente que, embora não inviabilizem a execução do objeto, acarretam prejuízos à contratante.
- 14.2.3. **FALTAS GRAVES:** caracterizadas pela inexecução parcial ou total de obrigações que acarretem prejuízos aos serviços da contratante, inviabilizando total ou parcialmente a execução do contrato e/ou documento administrativo equivalente, notadamente em decorrência de conduta culposa da CONTRATADA.
- 14.2.4. **FALTAS GRAVÍSSIMAS:** caracterizadas por inexecução parcial ou total de obrigações que acarretem prejuízos relevantes aos serviços da contratante, podendo levar, inclusive, a interrupção de serviços essenciais, causar dano ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros, lesão corporal, ou mesmo gerar dano reputacional à imagem da contratante, inviabilizando a execução do contrato e/ou documento administrativo equivalente, em decorrência de conduta culposa ou dolosa da CONTRATADA.
- 14.3. De acordo com os conceitos apresentados nos itens 16.2.1 a 16.2.4, será utilizada a seguinte escala:

FALTA	GRAU
LEVE	1
MÉDIA	2
GRAVE	3
GRAVÍSSIMA	4

- 14.4. A dosimetria da penalidade será realizada conforme pontuação obtida pela empresa em virtude do número de ocorrências identificadas durante a fiscalização contratual, considerando-se as obrigações previstas no Termo de Referência e a tabela abaixo:

Item	Descrição	Falta
1.	Não observar rigorosamente as especificações estipuladas pela CONTRATANTE no fornecimento de produtos e serviços relacionados com o objeto deste T.R.	3
2.	Não observar os prazos estabelecidos pela CONTRATANTE na condução dos serviços objeto deste T.R.	2
3.	Provocar prejuízos e danos à CONTRATANTE devido a sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços objeto deste T.R.	3
4.	Inexecução contratual que gere dano reputacional à imagem do SENAC.	4
5.	Não tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da CONTRATANTE.	3
6.	Não zelar pelo irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos em decorrência da execução contratual, sobretudo quanto à estratégia de atuação da CONTRATANTE.	3
7.	Não prestar o devido esclarecimento à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a CONTRATADA.	3
8.	Inexecução total ou parcial que acarrete a interrupção parcial dos serviços prestados pelo SENAC.	3
9.	Inexecução total ou parcial que, embora acarrete prejuízo, não chega ao ponto de gerar a interrupção dos serviços prestados pelo SENAC.	2
10.	Não cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes ao objeto deste T.R.	2

11.	Não cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados.	2
12.	Não manter durante a execução deste T.R todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação que deu origem a este instrumento.	2
13.	Não apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.	1
24.	Gerar prejuízos e infrações à CONTRATANTE na prestação dos serviços objeto deste T.R.	3
15.	Não realizar de forma devida o pagamento de tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste T.R, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos Poderes Públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.	2

14.5. O percentual de multa compensatória será aplicado de acordo com a tabela abaixo, respeitado o máximo de 30% (trinta por cento) sobre o preço global do contrato e/ou documento administrativo equivalente:

Tabela 1	
Grau	Correspondência
1	3% (três por cento)
2	5% (cinco por cento)
3	10% (dez por cento)
4	15% (quinze por cento)

14.6. As multas estabelecidas nesta cláusula são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regeram a contratação, mas somente serão definitivas depois de exaurido o processo administrativo.

14.7. Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional à parcela que deixou de ser executada.

14.8. Em caso de reincidência por atraso injustificado poderá a empresa ser penalizada com sanção mais grave.

14.9. A suspensão do direito de licitar e contratar será aplicada quando:

a) a inexecução contratual acarretou dano reputacional à contratante;

b) a inexecução contratual acarretou a paralisação de serviços essenciais;

c) houve reincidência na inexecução contratual, mesmo após reiteradas notificações enviadas pelo fiscal de contrato e/ou documento administrativo equivalente, sem que a empresa tenha envidado esforços para regularizar as falhas; ou

d) demais casos apurados em processo administrativo.

14.10. O prazo da suspensão do direito de licitar e contratar será definido em processo administrativo, a partir dos seguintes parâmetros:

a) 03 (três) anos, para as situações descritas no item 16.9, alíneas “a”, “b” e “c”;

b) 01 (um) ano, para os demais casos, sempre que não houver justificativa para o agravamento da penalidade.

14.11. Caso a inexecução contratual se enquadre em mais de uma hipótese prevista na cláusula de 16.9, deverá ser aplicado o maior prazo, de acordo com os parâmetros definidos na cláusula 16.10, salvo se as situações atenuantes justificarem prazo menor.

14.12. Estará sujeita à penalidade de Impedimento do Direito de Licitar pelo prazo mínimo de 04 (quatro) e máximo de 06 (seis) anos, com abrangência nacional, a licitante que incorrer em alguma das hipóteses a seguir:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato e/ou documento administrativo equivalente;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato e/ou documento administrativo equivalente;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a reparação integral dos danos causados à CONTRATANTE.

14.14. Só serão considerados motivos de força maior, para fins de isenção das penalidades previstas neste instrumento, todo fato ou circunstâncias imprevisíveis, impossíveis de serem evitadas, que impeçam real e diretamente o cumprimento das obrigações contratuais, como definido no Código Civil Brasileiro.

14.15. Fica facultada a defesa prévia da CONTRATADA, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

14.16. Em caso de aplicação da penalidade de multa, quando transcorridos os prazos estabelecidos para defesa e para pagamento, a CONTRATANTE reserva-se o direito de reter e/ou descontar o valor da penalidade dos créditos que a CONTRATADA eventualmente tenha a seu favor, sem prejuízo da proposição de medidas judiciais e ou extrajudiciais cabíveis.

14.17. Na hipótese de recusa injustificada em assinar o Contrato ou instrumento equivalente no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da convocação, a empresa estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor registrado no Contrato ou instrumento equivalente, podendo culminar com a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Sesc e Senac Goiás, por um prazo de até 3 (três) anos”, bem como com a perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades, conforme expressa disposição do inciso II do art. 39 do Regulamento de Licitações e Contratos, a depender dos prejuízos acarretados.

14.18. Na hipótese prevista no item acima, a contratante poderá convocar os demais participantes, respeitada a ordem de classificação.

14.19. O prazo de convocação para assinatura do contrato e/ou documento administrativo equivalente, poderá ser prorrogado uma vez, por

igual período, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Senac Goiás.

15. DA CONFIDENCIALIDADE

15.1. A CONTRATADA reconhece que, durante a execução do objeto contratual, poderá ter acesso, ainda que de forma indireta ou não intencional, a informações confidenciais e dados pessoais.

15.2. A CONTRATADA compromete-se a manter total confidencialidade em relação às informações confidenciais e aos dados pessoais acessados, compromete-se a não divulgá-los, ceder, doar, repassar, vender, reproduzir por qualquer meio, transferir, armazenar em nuvem ou dispositivos removíveis, enviar por e-mail ou distribuí-los a terceiros, salvo mediante autorização expressa da CONTRATANTE. Também se obriga a não utilizá-los para benefício próprio ou de terceiros, ou para qualquer finalidade ou atividade diversa da execução do objeto contratual.

15.3. Para fins deste Instrumento, consideram-se informações confidenciais quaisquer dados, informações técnicas, negociais ou conhecimentos relacionados ao negócio, produtos, serviços, sistemas, hardware, software, desenvolvimento, bases de dados, listas de clientes e fornecedores, relatórios, processos, técnicas administrativas, especificações, projetos, aquisições, contabilidade, marketing, correspondências, e-mails, entre outros, obtidos em razão do serviço prestado, independentemente da forma de apresentação (escrita, digital, oral ou visual).

15.4. Para os fins deste Instrumento, consideram-se dados pessoais quaisquer informações relacionadas a uma pessoa natural que permitam identificá-la ou torná-la identificável, como nome completo, RG, CPF, e-mail, data de nascimento, endereço, telefone, fotografia, dados de saúde, e outros dados eventualmente acessados ou coletados durante a execução do objeto contratual.

15.5. A CONTRATADA está ciente de que é expressamente proibido utilizar informações confidenciais ou dados pessoais obtidos no curso da execução do objeto contratual para qualquer finalidade não autorizada pela CONTRATANTE.

15.6. A CONTRATADA obriga-se a preservar a confidencialidade das informações e a proteção dos dados pessoais eventualmente armazenados em decorrência da execução do objeto contratual para a CONTRATANTE, garantir que sejam mantidos em local seguro e acessíveis exclusivamente por pessoas devidamente autorizadas.

15.7. Caso ocorra qualquer falha na manutenção do sigilo, a CONTRATADA compromete-se a informar imediatamente à CONTRATANTE, e reconhece que a comunicação não exclui sua responsabilidade pelos danos decorrentes.

15.8. A CONTRATADA compromete-se a devolver e/ou eliminar todos as informações e dados pessoais tratados, nos seguintes casos:

i. Por solicitação da CONTRATANTE;

ii. Em caso de rescisão contratual;

iii. Com o término da vigência do contrato e/ou documento administrativo equivalente, salvo obrigação legal que justifique sua manutenção.

15.9. Em caso de violação das obrigações previstas neste tópico, a CONTRATADA será responsável por ressarcir a CONTRATANTE por perdas e danos, incluso danos materiais e imateriais decorrentes do descumprimento, bem como por ações de terceiros que resultem de seu ato ou omissão.

15.10. A CONTRATADA reconhece que será solidariamente responsável por eventuais multas impostas por autoridades competentes, indenizações individuais ou coletivas ajuizadas por titulares de dados, além de ser obrigada a reparar perdas e danos adicionais, sejam eles materiais, morais ou reputacionais.

15.11. Este tópico de Confidencialidade possui caráter irrevogável e irretroatável, com validade a partir da assinatura do Contrato e/ou documento administrativo equivalente e permanece em vigor por um período de 10 (dez) anos após o término da relação contratual e a devolução integral de quaisquer informações e dados pessoais armazenados pela CONTRATADA.

16. DA CONFORMIDADE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. As Partes comprometem-se a tratar os dados pessoais necessários à execução do presente Instrumento exclusivamente para as finalidades nele previstas, em estrita conformidade com as condições pactuadas, respeitando integralmente a legislação vigente aplicável à segurança da informação, privacidade e proteção de dados, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

16.2. As Partes obrigam-se a se adequar a quaisquer alterações legislativas que impactem a estrutura do contrato e/ou documento administrativo equivalente ou a execução de suas atividades, garantindo a continuidade do cumprimento das normas aplicáveis à proteção de dados pessoais.

16.3. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a realizar o tratamento de seus dados pessoais fornecidos em decorrência deste Instrumento, permitindo sua coleta, conservação, utilização e, quando necessário, transferência às empresas do SISTEMA FECOMÉRCIO, exclusivamente para o cumprimento das atividades contratuais, obrigações legais e regulatórias.

16.4. A CONTRATADA assegurará que os dados pessoais necessários à execução do presente Instrumento e seus aditivos não sejam acessados, compartilhados ou transferidos para terceiros (incluindo subcontratados, agentes autorizados e afiliados) sem o consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE.

16.5. Caso a CONTRATANTE autorize o compartilhamento de dados pela CONTRATADA, a CONTRATADA deverá garantir que tais terceiros se obriguem, por escrito, a garantir a mesma proteção aos Dados Pessoais estabelecida neste Instrumento. Não obstante, a CONTRATADA será responsável por todas as ações e omissões realizadas por tais terceiros, relativas ao Tratamento dos Dados Pessoais, como se as tivesse realizado.

16.6. Durante a vigência do contrato e/ou documento administrativo equivalente e após seu término, pelo prazo legal necessário ao exercício regular de direitos, a CONTRATADA compromete-se a assegurar, no tratamento de dados pessoais, os seguintes princípios:

16.6.1. Boa-fé na coleta e utilização dos dados;

16.6.2. Finalidade legítima, específica e informada, com tratamento compatível com o propósito estabelecido;

16.6.3. Minimização, limitando a coleta ao estritamente necessário;

16.6.4. Livre acesso aos titulares, com consulta facilitada e gratuita sobre os dados tratados;

16.6.5. Garantia da qualidade, com dados atualizados e exatos;

16.6.6. Transparência, com informações claras e acessíveis aos titulares;

16.6.7. Segurança, mediante a adoção de medidas técnicas e administrativas adequadas;

16.6.8. Prevenção de danos aos titulares;

16.6.9. Não discriminação em decorrência de tratamento indevido;

16.6.10. Accountability (prestação de contas) sobre as práticas de proteção de dados.

16.7. A CONTRATADA deve, mediante solicitação da CONTRATANTE, realizar a correção, eliminação, anonimização ou

bloqueio de dados tratados, conforme disposto na LGPD.

16.8. A CONTRATADA notificará a CONTRATANTE imediatamente por meio do Encarregado de Proteção de Dados (Encarregado de Proteção de Dados) sobre qualquer solicitação, reclamação ou notificação administrativa, judicial ou do próprio titular relacionada ao tratamento de dados pessoais decorrente do contrato e/ou documento administrativo equivalente.

16.9. A CONTRATADA deverá:

16.9.1. Manter registros atualizados das operações de tratamento de dados realizadas;

16.9.2. Adotar medidas técnicas e administrativas eficazes para evitar destruição, perda, alteração, acesso não autorizado ou tratamento inadequado de dados pessoais;

16.9.3. Assegurar a segurança das informações tratadas.

16.10. Em caso de incidentes de segurança (perda, alteração, deleção ou divulgação indesejada ou não autorizada) ou descumprimento das obrigações contratuais ou legais, a CONTRATADA deverá:

16.10.1. Notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas por meio do Encarregado de Proteção de Dados;

16.10.2. Fornecendo informações detalhadas sobre o ocorrido, se possível, contendo no mínimo: (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA; (iii) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; (iv) número de usuários afetados (volumetria do incidente); (v) identidade específica de cada um dos titulares afetados; (vi) dados de contato do Encarregado pelo Tratamento de Dados da CONTRATADA, ou outra pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido; e (vii) descrição das possíveis consequências do evento; e (viii) as medidas adotadas para mitigação dos danos.

16.10.3. Auxiliar a CONTRATANTE no cumprimento de obrigações judiciais ou administrativas relacionadas à proteção de dados, implementando ações necessárias para resolver incidentes e minimizar riscos;

16.10.4. Manter sigilo e não divulgar qualquer informação sobre eventual incidente de segurança;

16.10.5. A CONTRATANTE avaliará o incidente e notificará a Autoridade Nacional de Proteção de Dados e os titulares, quando entender necessário;

16.10.6. A CONTRATADA se responsabilizará por quaisquer sanções e indenizações decorrentes de incidentes causados em razão de sua única e exclusiva conduta, restando este instrumento contratual constituído como título executivo extrajudicial, caso a CONTRATANTE venha a arcar com quaisquer danos.

16.11. A CONTRATANTE tem o direito de acompanhar, monitorar e auditar as atividades da CONTRATADA relacionadas à proteção de dados pessoais, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

16.12. Na hipótese de identificação de inconsistências ou irregularidades quando da condução das auditorias, deverá a CONTRATADA providenciar a imediata remediação, comprovando à CONTRATANTE, em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas, as medidas mitigadoras adotadas.

16.13. A propriedade dos dados pessoais tratados no âmbito do contrato e/ou documento administrativo equivalente permanecerá exclusivamente da CONTRATANTE, seus empregados, clientes, fornecedores ou parceiros, não transferindo qualquer titularidade à CONTRATADA.

16.14. O descumprimento de obrigações legais ou contratuais pela CONTRATADA ou por terceiros por ela contratados, gerará sua responsabilidade exclusiva, ficando isenta a outra parte de quaisquer consequências legais decorrentes.

16.15. A CONTRATANTE reserva-se o direito de regresso contra a CONTRATADA para ressarcimento de prejuízos decorrentes de violações às obrigações assumidas nesta cláusula.

17. DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

17.1. A CONTRATADA reconhece e declara estar plenamente ciente das normas legais relativas à prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, em conformidade com a legislação brasileira aplicável, especialmente o Código Penal, a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e a Lei n.º 12.683/2012 (Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro). Compromete-se a cumpri-las rigorosamente, abrangendo seus sócios, administradores, colaboradores e terceiros que atuem em seu nome, de forma direta ou indireta.

17.2. No cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, a CONTRATADA se compromete a: (i) Conduzir suas atividades e práticas comerciais com ética, integridade e total observância à legislação vigente; (ii) Adotar as melhores práticas de monitoramento e controle com o intuito de prevenir atos de corrupção, fraudes, ilícitos ou lavagem de dinheiro praticados por seus representantes ou terceiros contratados.

17.3. A CONTRATADA compromete-se a adotar, na medida de sua estrutura e capacidades, práticas e medidas adequadas para a prevenção de atos ilícitos e para o cumprimento da legislação aplicável.

17.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de, periodicamente, realizar auditorias nos processos e registros da CONTRATADA relacionados a este Termo de Referência, a fim de verificar o cumprimento das disposições éticas e anticorrupção.

17.4.1. A CONTRATADA deverá garantir à CONTRATANTE amplo e irrestrito acesso às informações e documentos necessários para tais verificações.

17.5. A CONTRATADA compromete-se a informar de imediato à CONTRATANTE qualquer situação que caracterize, ou possa caracterizar, conflito de interesses, prática de corrupção, fraude ou outra irregularidade relacionada ao Contrato e/ou documento administrativo equivalente.

17.6. No caso de vir a ser denunciada ou investigada por condutas contrárias à ética ou integridade empresarial, a CONTRATADA deverá comunicar a ocorrência prontamente à CONTRATANTE e colaborar integralmente com as investigações cabíveis.

17.7. A CONTRATANTE coloca à disposição canais de denúncia seguros e confidenciais, que deverão ser utilizados pela CONTRATADA sempre que houver necessidade.

17.8. O descumprimento de qualquer disposição desta cláusula poderá ensejar a rescisão imediata do Contrato e/ou documento administrativo equivalente, a exclusivo critério da CONTRATANTE, sem necessidade de aviso prévio ou outra formalidade.

18. INDICAÇÃO DO FISCAL E DO GESTOR DE CONTRATO E/OU DOCUMENTO ADMINISTRATIVO EQUIVALENTE

18.1. Sugere-se a designação como fiscal e gestor de contrato e/ou documento administrativo equivalente os colaboradores abaixo indicados:

18.2. FISCAL TITULAR:

Nome: Ricardo Leite Bessa

CPF: XXX.XXX.XXX-20

Cargo/função: Assistente Administrativo

18.3. **FISCAL SUPLENTE:**
Nome: Antônio Carlos da Costa
CPF: XXX.XXX.XXX-53
Cargo/função: Assistente Administrativo

18.4. **GESTOR TITULAR:**
Nome: Karina Fagundes Barbara
CPF: XXX.XXX.XXX-53
Cargo/função: Gerente

18.5. **GESTOR SUPLENTE:**
Leidiane Divina Ferreira
CPF: XXX.XXX.XXX-40
Cargo/função: Supervisora Técnica

18.6. A fiscalização do contrato e/ou documento administrativo equivalente será exercida conforme indicados, incumbindo aos funcionários ali designados, nas suas respectivas funções, acompanhar a execução dos serviços, determinando à CONTRATADA, as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do contrato e/ou documento administrativo equivalente, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando-as ao seu superior hierárquico.

Goiânia, 11 de fevereiro de 2026.

ELABORADOR POR:

Juancarlos Cândido de Sousa
Engenheiro Civil – Integração Sesc/Senac
CPF: XXX.XXX.XXX-25 / Matrícula: 6625

APROVADO POR

Karine Carneiro Fernandes Borges
Gerente de Estrutura Predial
CPF: XXX.XXX.XXX-50 / Matrícula: 10507



Documento assinado eletronicamente por **Juancarlos Cândido de Sousa**, **Administrativo**, em 13/02/2026, às 11:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Karine Carneiro Fernandes Borges**, **Gerente**, em 13/02/2026, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seisenac.df.senac.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0427291** e o código CRC **A742F4C8**.

